

Médio Oriente

## **Iraque: a América vai atacar?**

George Joffé

À medida que cresce a probabilidade de uma guerra com o Iraque, aumentam também as dúvidas sobre as suas reais justificações. Mais do que atacar a ameaça causada pela hipótese de existência de armas de destruição maciça, os Estados Unidos procuram sobretudo terminar a obra que, em 1991, ficou inacabada. O ritmo das alegações contra o regime iraquiano de Saddam Hussein está a intensificar-se em Washington, alimentado por fugas sobre os planos de guerra do Pentágono e frágeis acusações da Casa Branca. No entanto, enquanto se intensifica o ritmo, cresce também uma contra-ofensiva verbal, em Washington e não só.

Senadores e congressistas, Democratas ou Republicanos, indagam sobre os custos, as estratégias de retirada e as justificações para um ataque ao Iraque, se bem que os apologistas da guerra ainda tenham o apoio maioritário da opinião pública. Os aliados da América na guerra contra o terrorismo, por seu lado, descobrem que as suas opiniões públicas internas não estão convencidas dos argumentos americanos contra o Iraque e que a desconfiança relativamente à administração Bush é muito maior do que o esperado. Em resultado, em paralelo com a crise criada no Médio Oriente, desenvolve-se uma nova crise nas relações transatlânticas, com sérias implicações para o futuro.

### **A ameaça iraquiana**

Em Washington, os falcões que rodeiam o secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, argumentam que o Iraque de Saddam Hussein é parte integrante do problema do terrorismo que emana do Médio Oriente e que, agora que a Al-Qaida foi neutralizada, é a ameaça mais perigosa e directa ao mundo Ocidental. A ameaça tem origem no desejo do Iraque de possuir armas de destruição maciça, da recusa do regime de Sadam Hussein em cumprir as suas obrigações para com as Nações Unidas e da sua habitual brutalidade e falta de respeito pelos direitos humanos dos seus cidadãos. Ainda mais significativo é o facto de, como o presidente Bush salientou repetidamente, a vontade do Iraque de honrar as suas obrigações perante a ONU, permitindo o regresso ao país dos inspectores de armamento da UNMOVIC, não ser suficiente para impedir um ataque. E continuam,

argumentando que, logo que o Iraque deixe de fazer parte da equação do Médio Oriente, os problemas da região - incluindo Israel e a Palestina - desaparecerão, pois o mundo árabe terá um novo, e democrático, futuro.

O primeiro problema desta visão, inicialmente largamente partilhada pela elite política nos Estados Unidos, e mesmo por algumas elites noutros países, é que ninguém sabe se, na realidade, o Iraque tem de facto o programa de armamentos que é acusado de ter. Apesar de tanto Washington como Londres afirmarem que possuem todos os detalhes necessários, ambos se recusam a fornecer informações relevantes, aparentemente porque colocariam em risco as suas fontes. E, como a imprensa insistentemente nos recorda, ninguém pode de facto saber qual é a situação real, pois as inspecções ao armamento pararam em Dezembro de 1998, quando o Iraque expulsou os inspectores.

De qualquer forma, à medida que o Iraque toma consciência de que Washington está mesmo disposta a atacar, Bagdad começou a reagir. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Naji Sabri, tem visitado os Estados vizinhos, e o governo fez uma série de propostas, indicando que está preparado para autorizar novas inspecções ao seu armamento, quanto mais não seja para conseguir alguma margem de manobra diplomática. E cada nova proposta se aproxima mais das exigências do Conselho de Segurança - que o Iraque autorize a entrada dos inspectores da UNMOVIC por um período de sessenta dias, para se certificarem da verdadeira situação e para, em seguida, analisarem as modalidades da liquidação total dos programas de armamento iraquiano. Bagdad, assim, está a tentar perceber o que fazer para satisfazer a comunidade internacional.

### **O verdadeiro objectivo de Washington**

Se, na realidade, se alcançar um compromisso, os planos americanos para atacar o Iraque parecerão perigosamente irrelevantes - a menos que o verdadeiro objectivo da política americana seja algo diferente do que o que Washington reclama. Por outras palavras, o regime de Sadam Hussein tem que acabar, seja ou não uma ameaça real à paz mundial, simplesmente porque a administração Bush não o tolera. Mas a única justificação formal para um ataque como o que a América propõe é a auto-defesa, de acordo com a Carta das Nações Unidas, ou a actuação em nome do Conselho de Segurança. O Presidente Bush e a sua corte de extrema-direita, no entanto, não parecem estar minimamente interessados em qualquer formalidade. Pelo contrário, crêem não precisar de mais nenhuma cobertura

legal do que a que é dada pela alegação de que o Iraque não cumpre as suas obrigações para com a resolução 678 do Conselho de Segurança, que autorizou a guerra em 1990, e 687, que estabeleceu os termos do cessar-fogo, incluindo a obrigação incondicional de erradicar os programas de armas de destruição maciça.

Se vai haver, de facto, um ataque - e esta parece ser a hipóteses mais provável, seja por altura das eleições intercalares, no início de Novembro, ou em Fevereiro ou Março do próximo ano - a justificação não pode ser a ameaça das armas de destruição maciça iraquianas à ordem internacional, muito simplesmente porque ninguém sabe se elas existem. Nem Washington nem Londres estão dispostas a provar as suas alegações e, seja como for, ambas desvalorizam um pormenor elementar: mesmo que as armas existam realmente, o Iraque não tem meios para as lançar, pois os seus mísseis foram destruídos após a Guerra do Golfo e ainda não foram substituídos. Pode desejar fazê-lo, mas, agora, não tem os meios para o fazer.

Melhor explicação para o actual fôlego guerreiro americano encontra-se, provavelmente, nas complexidades ocultas das suas tradições de política externa. A América orgulha-se, justamente, da sua constituição e do seu sistema política, baseado na supremacia moral da liberdade e do individualismo dentro do contexto colectivo. A América é também um imensamente poderoso Estado, que procura no estrangeiro o seu próprio interesse nacional e, no mundo moderno da estabilidade hegemónica, onde é ela a potência hegemónica, desconfia de quaisquer limites que queiram colocar à sua liberdade de acção. Mas, no entanto, este notório auto-interesse não se coaduna com a sua moralidade interna, pelo que a política externa americana sempre esteve envolta numa capa moral na qual os opositores são, por definição, moralmente incorrectos. Daí o maniqueísmo da Guerra Fria e do “Império do Mal” de Ronald Reagan; daí, também, o extraordinário espírito de vingança da política americana em relação ao Iraque, apesar de todos os prejuízos causados aos iraquianos, enquanto o regime escapava, praticamente incólume. O regime, que era suposto desaparecer, ainda vigora.

Para a equipa do presidente Bush, esta é uma desfeita inaceitável, particularmente porque todos eles participaram na Administração Reagan ou, o que é mais pertinente, na primeira administração Bush. Daí que o completar da obra inacabada tenha sido sempre prioritário, especialmente porque seria uma característica de diferenciação em relação à tão desprezada administração Clinton. Assim, as acusações de programas de armamento, de ligações iraquianas à Al-Qaida (nunca provadas) e do envolvimento do Iraque no

terrorismo internacional (para o qual também não existem provas) são metas capas para encobrir o objectivo real, irracional: completar um trabalho inacabado, um objectivo que se torna moralmente aceitável pela natureza peculiarmente repulsiva do regime de Sadam Hussein. Uma vez que o Iraque dificilmente representa uma ameaça para os Estados Unidos, de que outra forma poderia esta política ser justificada?

### **E o Médio Oriente?**

Existem, no entanto, duas outras características da política da administração Bush em relação ao Iraque que a tornam particularmente singular - e este é o segundo problema da abordagem americana. Contra todas as evidências, a administração Bush iniciou o seu mandato com a convicção de que, mais uma vez, ao contrário dos seus predecessores, não se envolveria na agravada crise entre Israel, os palestinianos e o mundo Árabe, em geral. Novamente contra todas as evidências, insistiu em ver Israel e Ariel Sharon, o primeiro-ministro que, nos anos 80, foi condenado por ser responsável pelos massacres de Sabra e Chatila, e que jurou que nunca faria a paz com Yasser Arafat, como vítimas inocentes da agressão e do terrorismo palestinianos. A proliferação de bombistas suicidas, dirigidos contra alvos civis, foi uma ajuda incomensurável a este processo. Mas a sua negligência perante a situação no Médio Oriente contribuiu claramente para a intensificação da violência e do ódio.

À medida que a situação piorava, a administração Bush insistia, apesar das súplicas dos seus aliados na Europa e no mundo Árabe, em culpar o parceiro mais fraco por responder à agressividade do mais forte e, depois do 11 de Setembro, em integrar o conflito israelo-palestiniano na sua agenda de guerra contra o terrorismo. Os danos causados ao estatuto da América no mundo Árabe são difíceis de menosprezar, mas a administração Bush parece acreditar no contrário - ou que, pelo contrário, a opinião árabe não tem qualquer importância, desde que os líderes árabes façam o que lhes é pedido. Mas as suas próprias políticas tornam esse objectivo cada vez mais difícil, dificultando o seu principal propósito de destruir o regime de Sadam Hussein. Resumindo, a política para o Médio Oriente dos Estados Unidos é não só irracional como incoerente.

O círculo completa-se com uma nova doutrina, ainda não baptizada mas nem por isso menos ameaçadora. Quem melhor a tem articulado tem sido o sub-secretário de Estado, Richard Haas, e, no essencial, afirma que os regimes que resistam aos objectivos americanos e que falhem o teste do apoio à guerra contra o terrorismo, bem como que não

possuam as credenciais democráticas e liberais necessárias para a aceitação no mundo contemporâneo, tornam-se alvos legítimos de intervenção. Por muito que o Secretário de Estado Powell actue na retaguarda de Bush, com os seus telefonemas e os seus desmentidos, é cada vez menos provável que ele consiga reparar os estragos causados por estas atitudes, que agora parecem ser conceitos e projectos aceitáveis para os círculos mais próximos de Washington.

### **Imperialismo relutante**

O mais preocupante traço deste *nonsense* é que, como habitualmente, se torne aceitável pela repetição. É assim que estadistas europeus da Itália, Espanha, Grã-Bretanha e mesmo da França, bem como os seus homólogos árabes no Golfo, estão, em privado, a indicar que, se bem que não concordem com a política americana e não a possam apoiar, não se lhe oporão. A opinião pública, europeia ou árabe, é menos contemporizadora; na verdade, no mundo árabe é mesmo ferozmente hostil e alguns governos, como o jordano, receiam pelo seu futuro em caso de guerra. Mesmo na Grã-Bretanha, a opinião mudou de tal forma que agora 52% da população se opõe à ideia de guerra com o Iraque e 68% consideram o Presidente Bush incompetente. Não é certo que os estadistas europeus sigam a opinião popular, mas se o fizerem perderão o apoio de Washington.

Existe, no entanto, uma ainda mais preocupante implicação de longo prazo desta triste história - que as atitudes que agora emergem em relação ao mundo em desenvolvimento sejam réplicas das atitudes e suposições que alimentaram o auge do colonialismo europeu. É como se a visão do “choque de civilizações”, proposta por Samuel Huntington e entusiasticamente abraçada pelos políticos de extrema-direita - e, implicitamente, pela nova direita, na Europa e nos Estados Unidos - tivesse sido completada por um direito de guerra e reconstrução dos Estados que desaprovamos. Era suposto, no entanto, que, pela ideia original, as Nações Unidas, apesar do papel dos cinco membros permanente do Conselho de Segurança, tivesse acabado com tudo isso e tivesse aberto a via para uma sociedade internacional baseada em regras. O que correu mal?